

Artigo escrito para o Newsletter n. 44 (15.9.2005), do Complexo Jurídico Damásio de Jesus, na seção intitulada “O segredo do meu sucesso”

Esforço e determinação

Hugo Nigro Mazzilli

Inclinei-me desde cedo para as letras em geral; assim, formado em Direito, foi natural que eu buscasse as letras jurídicas.

Durante meu concurso de ingresso ao Ministério Público, minha mãe faleceu num acidente. A dor foi incomparável. Dentro de poucos dias, eu deveria fazer o exame oral. Embora abalado ao limite, não desisti, pois sabia que estava fazendo o certo. Fiz o exame e classifiquei-me em segundo lugar.

Entrando no Ministério Público, logo encontrei alguns promotores titulares, maus colegas, que quiseram “dividir” serviços comigo como o leão da fábula, que fez sociedade com outros animais. Mas não fui substituto subserviente; eu os enfrentei e me impus.

Nas minhas comarcas, trabalhei com seriedade, pontualidade e dedicação, tornando respeitado meu nome e o da instituição. Quando preciso, processei prefeitos, médicos, advogados, delegados, empresários, e não somente pobres desvalidos.

Desenvolvi teses de relevo institucional. Citarei algumas: *a)* em 1976, durante a Ditadura, quando não se ousava discutir as designações do chefe hierárquico do *parquet*, lancei a tese de que as designações do Procurador-Geral tinham limite na independência funcional do promotor titular, princípio depois conhecido como *promotor natural* (RT 494/269; 805/464); *b)* em 1984, quando muitíssimos membros do Ministério Público não amavam atender o público (e muitos

ainda não), defendi em tese e livro a importância dessa atuação, que é a base para as funções de *ombudsman*, depois conferidas ao Ministério Público pela Constituição; c) em 1985, sustentei a possibilidade de atuação simultânea de Ministérios Públicos diferentes no mesmo processo, para melhor defesa do interesse social, o que foi a origem do litisconsórcio de Ministérios Públicos (*Justitia* 131/443); d) na Carta de Curitiba (1986), enfrentando as maiores lideranças do Ministério Público nacional, aponte a necessidade de vedar por inteiro ao membro do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária, tese hoje consagrada na EC n. 45/04 (cf. meu livro *O Ministério Público na Constituição de 1988* e obras posteriores).

Como Procurador de Justiça, não me submeti quando o Ministério Público paulista começou a servir de acólito nas decisões do Governo do Estado. Rompi com antigos amigos e aliados e assumi a liderança da luta contra a Procuradoria-Geral de Justiça e a Associação Paulista do Ministério Público (da qual eu tinha sido Presidente). Enfrentei-as no auge de seu poder, quando eram elas as únicas forças políticas que dominavam o Ministério Público. Em 1993, à frente de um grupo de colegas, fui eleito com a maior votação da história da classe: derrotamos todos os adversários e assumimos a maioria do Conselho Superior. Iniciamos uma nova etapa de independência do Ministério Público paulista.

Trabalhei em todas as áreas do Ministério Público, do crime ao cível, do júri à fiscalização de presídios, de falências a crianças. Percorri todos os degraus da carreira, desde candidato ao concurso de ingresso, até a examinador do mesmo concurso. De maneira incomum, porque exclusivamente na qualidade de Procurador de Justiça, fui examinador em Ministérios Públicos diferentes. Pertencendo ao Ministério Público paulista, participei da banca examinadora de concurso daqui; depois, valendo-se de permissão da lei carioca pela primeira vez experimentada, o Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro me convidou, como Procurador de Justiça paulista, para ser examinador no Estado vizinho. Hauri experiência que compartilhei com as instituições envolvidas.

Procurei condensar minha vivência profissional em diversos livros didáticos. Escrevi duas dezenas deles, com inúmeras de edições, que — fato único para um só autor — já beiram os 150 mil livros sobre o Ministério Público.

Quando ainda não era moda estudar direitos difusos, procurei o Prof. Damásio, bom e velho amigo, a quem sempre respeitei como modelo de de-

dicação ao Ministério Público (aliás, está marcada para sempre em minha memória sua imagem da década de 1970, ainda de cabelos bem pretos, na biblioteca do Ministério Público paulista, estudando e preparando silenciosamente recursos extraordinários que mudaram a jurisprudência do STF). Eu lhe disse que via futuro na tutela de interesses difusos. Ele acreditou. Graças à sua visão, ele inovou e criou a primeira turma da matéria, que é das principais vertentes do Ministério Público moderno.

Hoje leciono e escrevo. Procuo passar às novas gerações não só o que aprendi, como minha confiança no trabalho dos operadores do Direito.

Meu segredo?

Não são segredos. São muitas condições.

Primeiro, Deus, sem quem não seria possível; e meus pais, que me deram base para tudo; deram-me o exemplo de amor e de bem. Depois, meus mestres; não todos eles, mas os bons, os que amavam o que faziam, e não aqueles que davam aulas só para ganhar dinheiro, ou por vaidade, ou que não preparavam a matéria, ou que pareciam odiar estar lá e não em outro lugar. Também fiz minha parte: sempre estudei bastante.

Como não ter denúncias derrubadas nos tribunais? A técnica. Nunca a paixão.

E a lei? Lembro-me de Joaquim Canuto Mendes de Almeida, dos meus melhores mestres, já velhinho, que aconselhava: “Leiam a lei! Cada vez que eu a leio, eu sempre descubro coisas novas!”

Outro fator: a coragem. Quem não a tem, não serve para ser juiz, promotor. Em minha vida profissional, não me faltou coragem para defender o que acreditava justo, nem para lutar contra as coisas que eu entendia erradas, ainda que sumuladas pelo STF. Como disse, meu trabalho não foi o de processar apenas desvalidos: enfrentei Procuradores-Gerais e, no Conselho Superior, concorri para que fossem processados até mesmo Governadores do Estado.

O que mais pesa?

Hugo Nigro Mazzilli

ADVOGADO – OAB-SP n. 28.656

Em primeiro lugar, a convicção de estar fazendo o certo. E ainda estudo e dedicação. No fundo, é o mesmo esforço que sempre iluminou minha vida, desde os bancos escolares. Não obtive nada de importante sem luta: a adversidade sempre a recebi como desafio; ela sempre me deu maior motivação e mais força.

Meu conselho?

Lutem. Esforcem-se. E, sobretudo, acreditem não só em vocês mesmos, como também que nossa luta tem um sentido: melhorar a sociedade em que vivemos. O que é perfeitamente possível.